



DESTAQUES 29 DE OUTUBRO A 2 NOVEMBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

BANCÁRIO & FINANCEIRO

- PRIVATIZAÇÕES

[Decreto-Lei n.º 232/2012. D.R. n.º 209, Série I de 2012-10-29](#)

Ministério das Finanças

Approva o **processo de privatização da ANA** - Aeroportos de Portugal, S. A.

- BANCO DE PORTUGAL

Instruções:

[39/2012](#) - Altera a Instrução n.º 1/99, publicada no BO n.º 1, de 15-01-99, que regulamentou o **Mercado de Operações de Intervenção (M.O.I.)**

- CMVM

[Regulamento da CMVM n.º 1/2012. D.R. n.º 211, Suplemento, Série II de 2012-10-31](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Regulamento da CMVM n.º 1/2012 Revogação do Regulamento da CMVM n.º 4/2010 (Deveres de informação de interesses a descoberto relevantes sobre acções)

[Instrução da CMVM n.º 11/2012 que revoga a Instrução n.º 2/2008 sobre Operações a Descoberto sobre Instituições Financeiras](#)

Regulamento Europeu sobre Short-Selling - Entra em vigor dia 1 de Novembro, o Regulamento Europeu n.º 236/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14/3/2012 (RSS), relativo às vendas a descoberto e certos aspectos dos swaps de risco de incumprimento (CDS). Este Regulamento é complementado por três outros regulamentos da CE: 827/2012, de 29/6 (de execução), 918/2012 e 919/2012, de 5/7 (ambos delegados).

[Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 18 de Setembro de 2012](#)

DESPORTO

[Portaria n.º 345/2012. D.R. n.º 209, Série I de 2012-10-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o modelo de requerimento que deve ser utilizado no pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva

IMOBILIÁRIO & ARRENDAMENTO

[Portaria n.º 358/2012. D.R. n.º 211, Série I de 2012-10-31](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Fixa, para vigorar no ano de 2013, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de **cálculo da renda condicionada**

INICIATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO

▪ INICIATIVAS EM APRECIACÃO PÚBLICA

[Proposta de Lei 103/XI](#)

Aprova o Orçamento do Estado para 2013

31.10.2012 – Orçamento aprovado na generalidade:

Contra: BE, CDS-PP, PCP, PEV, PS

A Favor: CDS-PP, PSD

FISCAL

▪ ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

[Lei n.º 55-A/2012. D.R. n.º 209, Suplemento, Série I de 2012-10-29](#)

Assembleia da República

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Código do Imposto do Selo e a Lei Geral Tributária

• JURISPRUDÊNCIA

[Acórdão n.º 412/2012. D.R. n.º 210, Série II de 2012-10-30](#)

Tribunal Constitucional

Não declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade do artigo 2.º, n.º 4, da Lei n.º 49/2011, de 7 de Setembro, e dos artigos 141.º-A, alínea a), e 185.º-A, aditados à Lei do Orçamento do Estado para 2011 pelo artigo 4.º da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Dezembro, e não declara, com força obrigatória geral, a ilegalidade do artigo 2.º, n.º 4, da Lei n.º 49/2011, de 7 de Setembro (aplicação da sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011 na Região Autónoma dos Açores)

• AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E

[Ofício-Circulado n.º 20162/2012 - 29/10 - Admissibilidade da alteração posterior das opções, em termos de tributação, permitidas em sede de IRS](#)

REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

[Decreto-Lei n.º 239/2012, D.R. n.º 212, Série I de 2012-11-02](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, que estabelece o **Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional**

SAÚDE

[Portaria n.º 352/2012, D.R. n.º 210, Série I de 2012-10-30](#)

Ministério da Saúde

Regulamenta o procedimento de licenciamento e de atribuição de alvará a novas farmácias, bem como a transferência da localização de farmácias e o averbamento no alvará, e revoga a [Portaria n.º 1430/2007](#), de 2 de Novembro[Decreto-Lei n.º 238/2012, D.R. n.º 211, Série I de 2012-10-31](#)

Ministério da Saúde

Procede à criação, com a natureza de entidade pública empresarial, da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., por integração do Hospital do Litoral Alentejano e do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral

TRABALHO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012, D.R. n.º 211, Série I de 2012-10-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define os critérios mínimos, necessários e cumulativos a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

• ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Decisão da Comissão](#), de 27 de Março de 2012, **relativa às medidas SA. 26909 (2011/C) executadas por Portugal no contexto da reestruturação do Banco Português de Negócios (BPN)**[Regulamento](#) (UE) n.º 1011/2012 do Banco Central Europeu, de 17 de Outubro de 2012, **relativo a estatísticas sobre detenções de títulos (BCE/2012/24)**



- PARECERES

Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

[Resumo do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre o «Pacote dados abertos»](#) da Comissão Europeia, que inclui uma Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2003/98/CE relativa à reutilização de informações do sector público (ISP), uma Comunicação da Comissão sobre dados abertos e a Decisão da Comissão 2011/833/UE relativa à reutilização de documentos da Comissão

[Resumo do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre o Regulamento da Comissão que estabelece o Registo da União relativo ao período de comércio de emissões com início em 1 de Janeiro de 2013](#), e a subsequentes períodos de comércio de emissões, do regime de comércio de licenças de emissão da União

[Resumo do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, de 14 de Junho de 2012](#), sobre uma **proposta de Regulamento relativo aos Fundos de Capital de Risco Europeus e sobre uma proposta de Regulamento relativo aos Fundos de Empreendedorismo Social Europeus**

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

[Foi aprovado o seguinte:](#)

- proposta de lei que estabelece o estatuto do administrador judicial.

Este diploma dá continuidade à reforma iniciada com a alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), através da qual se criaram as condições necessárias a estimular a recuperação das empresas que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente;

- resolução que determina a conclusão da 7.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S.A, tendo por objecto um lote composto pelas acções representativas de 4,14% do capital social da empresa, com o máximo de 151 517 000 acções;

- diploma que estabelece as obrigações dos titulares das licenças de instalações nucleares em Portugal, em conformidade com a directiva Euratom, tendo em vista a garantia de um nível elevado de segurança;

- alteração à Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, alteração determinada pela nomeação da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Finanças;

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

